

## CONSELHO SUPERIOR DO CINEMA

ATA DA REUNIÃO DE 12 DE DEZEMBRO DE 2011

No dia 12 de dezembro de 2011, no período das 14h30min às 18h10min, na Sala de Reuniões da CNIC do Ministério da Cultura, em Brasília, foi realizada a 4ª Reunião Ordinária do Conselho Superior de Cinema (2010/2012), presidida pelo Secretário Executivo do Ministério da Cultura **Vitor Ortiz**. Participaram da Reunião **Manoel Rangel** (Diretor-Presidente da Agência Nacional do Cinema), **Ana Paula Santana** (Secretária do Audiovisual do Ministério da Cultura), **Cezar Santos Alvarez** (Ministério das Comunicações), **Sylvio de Andrade** (Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República), **Humberto Ribeiro** (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio), **Paula Alves de Souza** (Ministério das Relações Exteriores), **Carlos Alberto De Xavier** (Ministério da Educação) e **James Gørgen** (Ministério das Comunicações); representantes da indústria audiovisual – **Rodrigo Saturnino** (titular), **Roberto Franco Moreira** (titular), **Tetê Moraes** (titular), **Luiz Gonzaga Assis de Luca** (suplente); representantes da sociedade civil – **Marco Antonio Altberg** (titular), **Evandro Guimarães** (titular), **Carlos Eduardo de Alkimim** (suplente), **Jorge Saad** (suplente) e **Paulo Roberto Mendonça** (suplente). Participaram como convidados os diretores da Agência Nacional do Cinema **Glauber Piva** e **Vera Zaverucha**. Como equipe de assessoramento estiveram presentes **Rosana Alcântara** (ANCINE), **Rúbia Mazzini** (ANCINE) **Paulo Zilio** (ANCINE) e **Edney Sanchez** (ANCINE). O Secretário Vitor Ortiz abriu a reunião saudando a todos em nome da Ministra da Cultura que por motivos alheios à sua vontade não pôde estar presente. O secretário apresentou em sua fala inicial as principais ações do Ministério da Cultura no ano de 2011, com destaque aos impactos positivos da Lei 12.485/2011 e o incremento nos investimentos na área audiovisual. Também destacou o Programa Praças do Esporte e da Cultura, cuja gestão foi delegada ao MinC. Em seguida, passou a palavra ao Diretor Presidente da Agência Nacional do Cinema que ao saudar a todos, justificou a ausência do Secretário Antônio Henrique do Ministério da Fazenda, por estar numa reunião do Palácio do Planalto e do conselheiro Rosemberg Cariry por problemas de logística. Rangel informou a pauta da reunião: (1) Informe sobre as diretrizes regulamentadoras da 12.485/2011; (2) Plano de Diretrizes e Metas do Audiovisual; (3) Digitalização do parque exibidor e (4) Informes gerais. A Secretária do Audiovisual Ana Paula Santana saudou aos presentes e em sua fala inicial parabenizou a ANCINE pela organização do Seminário Internacional de Políticas Públicas e Financiamento do Audiovisual, ocorrido em novembro, ressaltando que um dos pontos abordados no evento foi a digitalização do parque exibidor. A ata da reunião anterior do Conselho foi distribuída aos conselheiros para apreciação na próxima reunião. Eventuais considerações sobre a ata devem ser encaminhadas por e-mail.

Os pontos da pauta foram assim tratados: (1) Manoel Rangel fez exposição sobre o primeiro ponto da pauta (em anexo), contextualizando a aprovação da Lei 12.485/2011 e apresentando as principais novidades trazidas pela lei: marco regulatório convergente, abertura da cadeia de valor da TV por Assinatura, divisão da regulação entre ANATEL e ANCINE e manutenção das competências do Ministério da Justiça, Ministério das Comunicações, Ministério da Cultura e Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência. Em seguida, destacou dois grandes blocos de

temas a serem tratados pela ANCINE: (a) regulação das atividades de programação e empacotamento, e (b) estímulo à produção e a programação. O Diretor Presidente apresentou ainda as diretrizes que organizam as primeiras instruções normativas a serem publicadas pela ANCINE na primeira fase de regulamentação da Lei 12.485/2011, destacando que serão colocadas em consulta pública e audiência pública. Encerrou a apresentação afirmando que de uma forma geral a agência buscará efetuar uma transição suave e a construção de uma cultura regulatória para o setor audiovisual e colocou o tema para debate no conselho. Os conselheiros fizeram considerações a respeito da regulamentação da lei, mencionando pontos específicos como a necessidade de garantir às empresas produtoras independentes a propriedade das obras produzidas, necessidade de garantir entrada de novos programadores independentes no mercado, observações sobre conceito de publicidade, espaço qualificado e de horário nobre. Os conselheiros ainda agradeceram as informações prestadas na reunião e nos seminários realizados, mas solicitaram aumento do prazo de resposta para a consulta pública. Outra preocupação manifestada pelos conselheiros foi em relação ao agente financeiro do FSA. Manoel Rangel afirmou que o Comitê Gestor do FSA decidiu contratar o BNDES para a macro-gestão do fundo. As linhas poderão ter agentes financeiros próprios. Também esclareceu que levará a consideração sobre o prazo da consulta pública à Diretoria Colegiada da ANCINE, mas alertou para o prazo exíguo determinado na lei para a sua regulamentação. O Secretário de Comércio e Serviços do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior teceu comentários sobre o Plano Brasil Maior, esclarecendo sua forma de funcionamento e parceria com o Ministério da Cultura. Por fim, apresentou a Nomenclatura Brasileira de Serviços e Intangíveis (NBS), que aguarda a sanção da presidenta e qualificará as ações de políticas públicas para a promoção do setor de Serviços e Intangíveis, importante para o audiovisual. Os conselheiros solicitaram o envio da apresentação feita pelo Diretor-Presidente da ANCINE para melhor conhecimento de seu conteúdo. Vitor Ortiz lembrou que a apresentação é pública na medida em que fará parte da ata. Manoel Rangel sugere colocar a apresentação disponível nos portais da ANCINE e do Ministério da Cultura para conhecimento público, o que foi aprovado. (2) O segundo ponto da pauta foi apresentado por Paulo Zilio, assessor do Diretor Presidente da Agência Nacional do Cinema (apresentação também em anexo). Iniciou a apresentação sobre a digitalização do parque exibidor anotando que a América Latina é dos continentes mais atrasados neste processo. Lembrou ainda os padrões que estão sendo adotados no mundo e as dificuldades técnicas e econômicas para efetivar essa transição. Apresentou ainda dados sobre essa mudança tecnológica no mundo e no Brasil. Destacou duas ações tomadas pelo governo: (a) criação do RECINE, com redução nos custos de importação de equipamentos, e (b) criação de linha de crédito operada pelo BNDES para 750 salas. O cronograma previsto é que 750 salas estejam digitalizadas até 2013, completando o processo até 2015 com todas as salas digitalizadas. Conselheiros ligados ao setor de distribuição e exibição trouxeram informações e contribuições sobre o processo de digitalização das salas exibidoras no país. Também questionam sobre o andamento da Medida Provisória 545. Manoel Rangel informa sobre status da Medida Provisória do Programa Cinema Perto de Você e de proteção à publicidade brasileira, solicitando mobilização dos setores interessados no mês de fevereiro de 2012, quando a norma deverá ser votada no Congresso. (3) Em seguida, foram dados informes sobre o Plano de Diretrizes e Metas: alguns conselheiros encaminharam sugestões após a última reunião do Conselho Superior

do Cinema e houve reunião do Grupo de Trabalho para tratar do tema, que analisou e incorporou sugestões dos conselheiros. Ficou decidido que será encaminhada nova versão, com destaques para os pontos alterados, da minuta do PDM para os conselheiros que participaram do Grupo de Trabalho opinarem até dia 10 de janeiro de 2012. Após consolidação, documento será colocado em consulta pública por 60 dias. (4) Informes Gerais: Marco Altberg ressaltou a importância do Plano Brasil Maior para a indústria do audiovisual. Manoel Rangel consultará o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior sobre a melhor forma de participar o Conselho Superior do Cinema sobre as ações do PBM, lembrando que o setor audiovisual está razoavelmente organizado, o que permite um diagnóstico avançado sobre o setor. Às 18h10min, a reunião foi encerrada.